

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.087 - SP (2019/0296003-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ADRIANO DIAS DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADOS : APARECIDO CECILIO DE PAULA - SP087684
ADRIANO DIAS DE ALMEIDA - SP312167
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO MORENO GARCIA
PACIENTE : VALMIR LOPES FLORENCIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LEANDRO MORENO GARCIA e VALMIR LOPES FLORENCIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 0028561-95.2014.8.26.0114.

Consta dos autos que os Pacientes foram condenados como incursos no art. 155, § 4.º, incisos II e IV, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal. O Paciente VALMIR, à pena de 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, no regime inicial semiaberto, mais 3 (três) dias-multa. O Paciente LEANDRO, à pena de 8 (oito) meses de reclusão, no regime inicial aberto, mais 3 (três) dias-multa, sendo a pena reclusiva substituída por restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade.

Interposto recurso de apelação pelos Sentenciados, o Tribunal de origem negou-lhe provimento nos termos do acórdão assim ementado (fl. 43):

"PENAL. APELAÇÃO. FURTO QUALIFICADO TENTADO. CONDENAÇÃO. RECURSO DEFENSIVO.

Pretendida a absolvição por insuficiência somente teriam praticado os atos preparatórios para o delito de furto. Descabimento.

A) Absolvição pela precariedade probatória. Impossibilidade. Os fatos e a autoria restaram demonstrados pelos depoimentos do representante da empresa vítima (operador de monitoramento da agência bancária) e dos policiais que autuaram os réus em flagrante. Ainda, verificou-se que os réus, iniciaram atos de execução do crime de furto, o que afasta a atipicidade da conduta. Vítima existente, porém não

Superior Tribunal de Justiça

identificada. Desnecessidade de identificação e oitiva. Art. 201 do CPP. Negado provimento."

Os embargos de declaração opostos ao julgado foram rejeitados.

No presente *writ*, a Parte Impetrante sustenta a ocorrência da prescrição (fl. 5; sem grifos no original):

"É que ocorreu a prescrição, que consiste em matéria de ordem pública, o que possibilita seu reconhecimento, até de ofício e em qualquer de jurisdição (CPP, art. 61). O prazo prescricional correu de maneira regular, e, considerando as penas impostas na veneranda sentença, 8 (oito) e 9 (nove) meses de reclusão, sem recurso ministerial, o prazo prescricional ocorre em 3 (três) anos, consoante artigo 109, VI, do Código Penal.

9. Tal lapso – para o reconhecimento da prescrição – restou ultrapassado entre o recebimento da denúncia (14/08/2014) e a rejeição dos Embargos, em 13/12/2018."

Requer, em medida liminar e no mérito, a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal.

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, na medida em que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópias de peças processuais que comprovem inequivocamente o constrangimento alegado na inicial – no caso, **a certidão comprobatória da data de publicação da decisão judicial que recebeu a denúncia e a da sentença condenatória.**

Pontuo que **compet**e à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso) – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido, destaco as seguintes decisões monocráticas desta Corte: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO,

Superior Tribunal de Justiça

DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019, v.g.

Friso que, apesar de a prescrição se tratar de matéria de ordem pública, o Juízo das Execuções Criminais é o mais adequado para verificar eventuais causas impeditivas ou interruptivas.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

